



Fiscalização prévia do OE Cavaco diz que há confusão em torno da decisão do Ecofin

Governo falhou ao não discutir visto prévio com deputados

Partidos criticam falta de debate parlamentar sobre decisão do Ecofin. Luís Amado, ministro dos Negócios Estrangeiros, admite erro

Ana Rute Silva

Um “parlamento de marionetas”, apanhado quase de surpresa pelo debate suscitado na imprensa e que só uma semana depois pôde discutir com o Governo a decisão do Conselho de Ministros das Finanças e da Economia da União Europeia (Ecofin) sobre o novo Semestre Europeu”. Ontem, durante quase três horas, Luís Amado, ministro dos Negócios Estrangeiros ouviu as críticas dos deputados na comissão parlamentar conjunta dos Assuntos Europeus e dos Negócios Estrangeiros e admitiu que houve falta de debate na Assembleia da República sobre a medida, que prevê a análise antecipada dos orçamentos de cada um dos 27 estados-membros.

“Partilho os comentários sobre falta de debate”, disse Luís Amado, em resposta às interpelações de Carlos Costa Neves (PSD), Cecília Honório (BE) e Honório Novo (PCP). “As decisões que serão tomadas nestes tempos conturbados exigem mais debate e criatividade crítica”, continuou. Mais tarde diria mesmo que “há dificuldade em o parlamento assumir as suas competências na plenitude”. “As decisões da UE têm sérias implicações que impõem um escrutínio permanente dos eleitos nos parlamentos nacionais”, defendeu.

A manhã já tinha sido preenchida com reuniões individuais com os partidos (ver caixa) e, à tarde, Luís Amado foi ao parlamento falar sobre a reunião de amanhã do Conselho Europeu e esclarecer que a designação de “visto prévio” que tem sido atribuída à medida do Ecofin - e que pressupõe que os governos apresentem primeiro a Bruxelas as linhas gerais dos seus orçamentos já no próximo ano - é um “slogan manipulador”.

“Trata-se de submeter à consideração da comissão as orientações do Orçamento do Estado no contexto do Programa de Estabilidade e Convergência”, esclareceu, apontando o dedo aos que têm praticado uma “retórica de exaltação dos princípios nacionais”. “A comissão vai ver se há discrepâncias com as orientações programáticas e é bom que o faça. Não foi

o que criticámos com a crise? A descoordenação entre a UE e os estados-membros?”, questionou.

A posição do ministro dos Negócios Estrangeiros juntou-se à de Cavaco Silva. Citado pela Lusa, o Presidente da República considerou que há “uma grandíssima confusão” sobre o assunto e lembrou que na decisão tomada pelos ministros das Finanças dos 27 não consta qualquer menção a “visto prévio”. As instituições europeias falharam “rotundamente na supervisão multilateral e na coordenação de políticas económicas” e, agora, inventaram um “nome pomposo” (Semestre Europeu) para dar uma “nova roupagem ao que já estava previsto nos tratados e nas resoluções do Conselho Europeu”. Cavaco Silva aconselhou, por isso, a leitura desses documentos.

O apelo encontrou eco em Honório Novo. O deputado comunista pegou nos livros e garante não ter visto qualquer referência explícita à fiscalização prévia dos orçamentos “que o Ecofin teve o descaramento de decidir”. “É lamentável que quem aconselha a estudar os documentos não cite a Constituição”, acusou. E questionou: “Pretende-se transformar os parlamentos nacionais em parlamentos marionetas?”.

Para o Bloco de Esquerda, o diálogo com o Governo “tem escasseado”. Cecília Honório defendeu que a decisão do Ecofin (a única que reúne consenso nas discussões sobre a governação económica da UE) “é uma hipoteca da democracia”. “Se o visto se materializar, os portugueses vão penalizar nas urnas [a chanceler alemã] Angela Merkel ou [o presidente do Banco Central Europeu] Trichet?”, lançou.

Também o PSD, na voz de Carlos Costa Neves, disse que Teixeira dos Santos, ministro das Finanças, teria sido bem-vindo no parlamento antes da reunião do Ecofin. Já no final da audição, e falando em nome pessoal, José Ribeiro e Castro (CDS-PP) defendeu que o Semestre Europeu é uma matéria que toca nos poderes do parlamento. E “se o Governo fizer vênua ao poder do parlamento está a proteger-se a si próprio”.

Amado criticou “retórica de exaltação dos princípios nacionais”



PEDRO CUNHA

Manuel Alegre mais perto do Bloco do que dos socialistas

Francisco Assis acredita que divergência com o candidato “desaparecerá”

O PS e o BE reforçaram ontem as suas posições em relação à possibilidade de o Ecofin poder dar um visto prévio aos orçamentos dos países da União Europeia. Os bloquistas reafirmaram que está em curso “um ataque à democracia”. Os socialistas defenderam que a vigilância é necessária e que “o projecto europeu assenta numa partilha de soberania”. A diferença entre o que tinham dito antes e o que disseram ontem não é nenhuma. Só que, pelo meio, surgiu a opinião de Manuel Alegre, o candidato presidencial apoiado pelos dois partidos. E ficou ainda mais notório que, nesta matéria,



Alegre está bastante mais próximo do BE do que da direcção dos seus camaradas socialistas.

Na passada semana, Alegre afirmou que lhe desagradava “a fiscalização do Ecofin”, porque “não está nos tratados” da União Europeia e “belisca a Constituição” portuguesa. Avisou ainda que “a aprovação do Orçamento é uma competência específica e exclusiva da Assembleia da República”.

Ontem, após uma reunião com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, sobre o Conselho Europeu de amanhã, o líder parlamentar do PS, Francisco Assis, mostrou-se algo embaraçado ao ser confrontado sobre esta divergência entre o partido e o militante que é candidato a

Presidente da República. Começou por admitir que Alegre “terá manifestado algumas reservas e preocupações”, mas disse acreditar “essa divergência desaparecerá” quando for conhecida “a natureza em concreto do que se propõe fazer na UE”.

“É natural que, ao longo deste processo, haja nalguns momentos uma não total coincidência de pontos de vista entre o PS e o candidato que apoiamos à Presidência da República, que é um candidato suprapartidário e daí não vem mal nenhum ao mundo”, acrescentou.

Dos restantes partidos que reuniram ontem com Luís Amado, PSD e CDS mostraram-se favoráveis ao visto prévio e o PCP absolutamente contra. **Luciano Alvarez**



Novas regras serão confirmadas amanhã

Orçamento para 2012 já vai passar pelo crivo dos Vinte e Sete

● O Orçamento do Estado para 2011 vai ser o último a ser apresentado, discutido e aprovado nos moldes tradicionais: a partir do próximo ano, os procedimentos vão ser profundamente alterados graças a uma decisão dos países da União Europeia (UE) que será amanhã confirmada pelos respectivos chefes de Estado ou de Governo.

As novas regras obrigarão todos os países a submeter as grandes linhas dos respectivos orçamentos aos parceiros e à Comissão Europeia bem antes de iniciarem as discussões sobre os mesmos nos Parlamentos nacionais.

Esta nova obrigação resulta da determinação dos Vinte e Sete de reforçar a coordenação das suas políticas económicas depois de terem constatado, em plena crise da dívida grega, o que a generalidade dos economistas considera uma evidência: uma moeda única está condenada ao fracasso se os seus membros continuarem a gerir as respectivas economias cada um no seu canto.

Mesmo sendo a coordenação das políticas económicas uma obrigação imposta pelos tratados da UE, e por maioria de razão aos membros do euro, a verdade é que o sistema, tal como foi concebido, não permite à eurolândia reagir em tempo útil se um dos parceiros ignorar as regras comuns, pondo em risco a estabilidade da moeda única. Foi o que aconteceu com a Grécia, que durante vários anos manipulou as contas públicas e entrou numa espiral de endividamento público sem que a UE reagisse.

Grande parte do problema, concluíram os Vinte e Sete, está no facto de as actuais regras permitirem que cada país conceba, discuta e aprove internamente o seu Orçamento do Estado sem qualquer interferência dos parceiros.

A “dimensão europeia” do actual sistema resume-se praticamente aos Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC) com as estratégias plurianuais de consolidação orçamental que cada país apresenta anualmente a Bruxelas em Dezembro. Ou seja,



Durão Barroso

depois do respectivo Orçamento do Estado para o ano seguinte estar já aprovado e pronto a ser executado.

A Comissão Europeia, que funciona como o “polícia” do sistema, limita-se praticamente a avaliar se os PEC são minimamente consistentes com os

objectivos de disciplina orçamental necessária para garantir a estabilidade do euro. Só que o seu parecer sobre cada programa, e a respectiva aprovação pelos ministros das Finanças dos Vinte e Sete, só ocorre entre Março e Junho do ano seguinte, quando os Orçamentos do Estado já levam vários meses de execução e é praticamente impossível corrigir eventuais trajectórias de risco.

O choque provocado pela crise grega levou a UE a reconhecer a necessidade de alterar drasticamente as regras, a começar por uma antecipação dos calendários orçamentais em seis meses, e pelo reforço das sanções contra os países incumpridores.

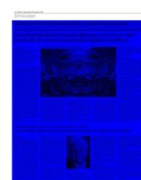
O acordo dos Vinte e Sete obriga os Governos a apresentar até ao fim de Abril as grandes linhas dos Orçamentos do Estado para o ano seguinte em conjunto com os programas de estabilidade e crescimento.

Os Vinte e Sete deixam claro que não querem passar os orçamentos a pente fino, mas apenas analisar as grandes prioridades para se certifi-

carem da sua consistência com os objectivos comuns. Acima de tudo, o novo procedimento permitir-lhes-á detectar a montante a emergência de eventuais desequilíbrios capazes de pôr em risco a estabilidade do euro e corrigi-los em tempo útil.

Os receios de alguns países de que o novo procedimento - mais conhecido por “semestre europeu” - pudesse interferir com as prerrogativas dos Parlamentos nacionais e diminuir os seus poderes orçamentais acabaram por ser dissipados, mesmo no Reino Unido e na Suécia, os países inicialmente mais desconfiados.

Tal como as outras capitais, Londres e Estocolmo aceitaram que, como refere Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, o novo sistema não só não reduz os poderes dos seus Parlamentos como os reforça: o facto de disporem no Outono de cada ano de uma opinião europeia fundamentada garante aos deputados “mais informação e, consequentemente, mais poder”. **Isabel Arraiga e Cunha, Bruxelas**



Fiscalização prévia do OE Constitucionalistas e economistas analisam medida

Constitucionalistas levantam algumas reservas ao visto prévio da UE aos Orçamentos dos Estados-membros

Margarida Gomes

Europeístas defendem que Constituição consagra a integração europeia, críticos defendem que o Orçamento é uma competência exclusiva do Parlamento

● Para uns, é de “duvidosa constitucionalidade, para outros (a medida tomada pelos ministros das Finanças da União Europeia de impor um “visto prévio” aos orçamentos dos países-membros) nada tem de inconstitucional. Há quem olhe para esta fiscalização prévia com sérias reservas por temer que o “poder soberano” do Parlamento possa ser posto em causa em matéria de aprovação do Orçamento, mas há também quem encare a medida como “mais um passo” no processo de integração europeia.

Crítico quanto bastasse, o constitucionalista e deputado do PSD Jorge Bacelar Gouveia considera a decisão de “duvidosa constitucionalidade”, porque, alega, “em matéria orçamental os Parlamentos têm o poder exclusivo de aprovação dos orçamentos dos Estados-membros e, nessa matéria, não houve transferência de poderes dos Estados para a União”. Ao PÚBLICO, Bacelar Gouveia até admite que a decisão possa ser uma “medida interessante de cooperação política, mas não pode ser nunca uma medida que impeça a aprovação livre dos Orçamentos por parte dos Estados-membros”.

O constitucionalista Paulo Otero,

Papel do Parlamento português está no centro da discussão



por seu lado, fala de uma “progressiva europeização da soberania portuguesa”. “O Estado português, desde que entrou para a Comunidade Europeia, tem feito uma progressiva e deslizante perda de soberania a favor da UE, o que significa que no fundo há casos em que essa perda é feita antes da revisão constitucional e há casos em que a revisão constitucional se limita a testar aquilo que já anteriormente tinha sido cedido nesse sentido”, afirma o docente da Faculdade de Direi-

to da Universidade de Lisboa. Na sua opinião, o “visto prévio”, insere-se no “processo de subalternização e de desvalorização da soberania, neste caso orçamental portuguesa”. Céptico, afirma que o que é importante é saber quem vai ter a última palavra, se a UE, se o Parlamento. E conclui: “Se for a UE, a solução é inconstitucional”, logo, exige-se uma “modificação da Constituição”.

Já o constitucionalista Pedro Bace- lar de Vasconcelos resume a questão

a uma frase: “Esta decisão é um pequeno passo no processo de integração europeia”. “Não vejo nenhuma inconstitucionalidade nesta medida, porque o princípio da integração europeia está suficientemente consagrado na nossa Constituição e nenhum poder soberano está posto em causa, uma vez que o Parlamento preserva a sua competência [de aprovar o orçamento]”, declarou. Para este constitucionalista, a decisão da UE representa um “passo indispensável

para a sobrevivência do euro”. E a este propósito faz questão de salientar que a “sobrevivência da UE passa também pela coesão social e pela integração política”.

Quem aprova?

Com a ressalva de que não conhece em concreto o que foi deliberado pela UE, Tiago Duarte, constitucionalista e professor na Universidade Nova de Lisboa, até acha admissível que o Governo faça chegar um anteprojecto do Orçamento aos órgãos europeus - “é preciso coordenar as coisas com a UE para que possa dar o seu parecer” -, mas entende que a decisão de aprovação deve manter-se sob a alçada do Parlamento.

Mas o que fazer se as sugestões apontadas pela UE à proposta de orçamento forem vinculativas e obrigatórias? Nesse caso, Tiago Duarte parece não ter dúvidas: “Não me parece possível que a aprovação do Orçamento seja feita no quadro da actual Constituição”.

Opinião bem diferente tem o eurodeputado do PSD e constitucionalista Paulo Rangel, que não levanta obstáculos ao “visto prévio” da UE e, como federalista que é, afirma peremptoriamente que a medida não lhe causa qualquer perplexidade. “A decisão de impor um visto prévio não belisca em caso algum a Constituição portuguesa”, declarou ao PÚBLICO o eurodeputado do PSD, sublinhando: “Não nos podemos esquecer que a Constituição portuguesa acolhe o direito da UE e que aceitou integrar a moeda única e isso tem consequências”.

Medida pode ajudar a melhor coordenação das políticas económicas

Economistas querem que semestre europeu seja aplicado com rigor

Lúisa Pinto

● Mais do que uma inevitabilidade, a obrigatoriedade dos Estados-membros da União Europeia levarem à aprovação de Bruxelas os seus projectos de orçamento é uma “necessidade”. Essa é, pelo menos, a opinião de três economistas contactados pelo PÚBLICO - João Duque, Nogueira Leite e Eduardo Catroga - que são unânimes em considerar que este exercício, imposto pelas instâncias comunitárias e vulgarmente chamado “semestre europeu” (“um nome pomposo para uma realidade antiga”, como se lhe referiu o actual Presidente da República, Cavaco Silva) é uma boa notícia para países, como Portugal, que têm dificuldades em controlar as contas públicas.

Os três economistas referem, também, a necessidade de haver uma maior coordenação das políticas em todos os países da União Europeia,

e consideram que esta medida pode conseguir-lo.

João Duque, presidente do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), diz que esta imposição europeia “é normal”, apesar de “ser o caminho certo para a perda da independência financeira dos Estados”. “Os países têm de escolher: ou querem a independência, e nesse caso abandonam a União Europeia, ou querem continuar a ter o que comer. Para Portugal, sair agora da moeda única significaria um autêntico desastre”. Além disso, acrescenta, alguém tem de conseguir pôr “um travão no que tem sido o descalabro do endividamento”.

“O endividamento está a aumentar a um ritmo de nove por cento, para sustentar uma previsão de crescimento económico de 0,4 por cento. Até um menino da escola primária consegue perceber que esta situação é insustentável”, alega. Mas, para que



Eduardo Catroga

funcione, alerta Nogueira Leite, antigo secretário de Estado de António Guterres e actual membro da direcção nacional do PSD, “tem de ser um

exercício sério”. Isto é, “tem de ser suficientemente detalhado, e tem que encerrar um compromisso que traga penalidades com os não-cumprimentos”. “Se for só uma cerimónia, rapidamente perde credibilidade”.

No caso concreto de Portugal, a restrição externa não é má, antes pelo contrário”, alega Nogueira Leite, argumentando que “os políticos e os portugueses, colectivamente, não têm sabido estar à altura das suas responsabilidades”.

“Esta medida é importante numa perspectiva de convertibilidade do euro numa moeda única”, defende o economista.

Também Eduardo Catroga, antigo ministro das Finanças de Cavaco Silva, refere estar em causa a sobrevivência do euro e recorda que se “a política monetária e cambial foi totalmente transferida para o nível europeu há muito tempo”, está na altura de transferir, também, a po-

lítica orçamental. “A crise externa veio acelerar esta necessidade, que já era óbvia. A trajetória das dívidas públicas em determinados Estados-membros da UE, como Portugal, a par da trajetória de perda de competitividade externa, viria a desembocar nisto”.

Catroga diz que a UE também foi responsável por esta situação, por ter transformado os Planos de Estabilidade e Crescimento em planos burocráticos, pouco escrutinados.

Tal como João Duque e Nogueira Leite, também Eduardo Catroga desvalorizou as dúvidas que têm vindo a ser manifestadas sobre a perda da soberania nacional dos Estados-membros.

“Há muito que a soberania económica e financeira estava partilhada. Se há quem levante agora estes problemas, é porque só está a acordar agora para a realidade”, concluiu João Duque.

**Fiscalização do OE****Governo assume
“falta de debate”
sobre o Ecofin**

● O ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, admitiu que houve falta de debate com a Assembleia da República quanto à decisão do Ecofin (que deverá ser ratificada esta semana) de fiscalizar previamente os orçamentos dos Estados-membros da UE. → Destaque, 6 a 8